

### 2ª Questão: (50 pontos)

Empregado de empresa pública estadual ajuizou reclamação trabalhista, visando a sua reintegração com pedido de tutela antecipada, sob o fundamento de que era ilegal a sua dispensa. O órgão jurisdicional deferiu a tutela antecipada sem a prévia oitiva da Reclamada.

Comente, fundamentadamente, a decisão do órgão jurisdicional, estritamente quanto aos aspectos processuais, indicando a via adequada para impugnar a decisão concessiva da tutela antecipada.

## PROVAS ESCRITAS ESPECÍFICAS

### DIREITO ADMINISTRATIVO QUESTÕES

**TODAS AS QUESTÕES DEVEM SER JUSTIFICADAS  
MENCIONANDO-SE, SEMPRE QUE FOR O CASO, A LEGISLAÇÃO  
PERTINENTE**

#### 1ª Questão: Valor 20 pontos

O Governador do Estado, em março de 2000, declara — por motivo de inconstitucionalidade — a nulidade de ato administrativo concessivo de gratificação a servidor público estadual, praticado este em março de 1990.

O beneficiário do ato, todavia, se insurge contra a extinção perpetrada, alegando a prescrição da pretensão da Administração Pública Estadual de exercer a autotutela.

Comente o caso proposto, narrando as principais questões jurídicas envolvidas no tema.

#### 2ª Questão: Valor 20 pontos

Sociedade de economia mista estadual, que tem por finalidade gerir terminais rodoviários, dá em locação à sociedade denominada "PADARIA DOIS IRMÃOS LTDA." imóvel integrante de seu patrimônio, localizado no "Terminal ABC". Em ação popular ajuizada por determinado cidadão, alega-se que o negócio jurídico celebrado seria *nulo*, ao fundamento único de que não se observou a norma de decreto estadual que impunha a prévia autorização do Governador do Estado para as locações de imóveis de empresas públicas e sociedades de economia mista estaduais.

Assim posta a questão, que argumentos você utilizaria em defesa da validade do contrato de locação (considerando que, de fato, não houve a aludida autorização do Chefe do Executivo)?

#### 3ª Questão: Valor 20 pontos

Posteriormente à celebração de um contrato administrativo tendo por objeto obra pública de grande vulto, que exigiu realização de concorrência, revela-se ter o ajuste

resultado de conluio comprovado entre os agentes da administração que conduziram o procedimento em todas as suas fases e a empresa contratada. A descoberta do conluio sobreveio 6 (seis) meses depois de já iniciada a execução do contrato.

Equacione a hipótese sugerida, abordando indispensavelmente os seguintes aspectos:

a) Que forma deveria ter revestido obrigatoriamente o contrato em questão?

b) Que vício ou vícios teriam eivado o contrato e que consequências deles podem advir para a administração pública e para a empresa?

#### 4ª Questão: Valor 20 pontos

Mencione e comente algumas peculiaridades e mecanismos próprios do controle dos atos emanados do Poder Público não aplicáveis aos atos de natureza privada.

#### 5ª Questão: Valor 20 pontos

A União, exercendo competência prevista no artigo 22, XI, da Constituição Federal e objetivando conter paralisação no transporte de cargas, resolve editar decreto concedendo isenção do pagamento de pedágio em rodovias federais, estaduais e municipais à categoria dos caminhoneiros. Que consequências jurídicas podem advir desta decisão?

### DIREITO PROCESSUAL CIVIL QUESTÕES

#### 1ª Questão: Valor 20 pontos

Analise, objetivamente, o instituto da conexão no Código de Processo Civil.

#### 2ª Questão: Valor 20 pontos

A propósito da Ação Civil Pública, responda objetivamente:

1. há legitimação ativa do Ministério Público para a tutela de direitos individuais homogêneos?

2. É cabível declaração incidental de inconstitucionalidade?

3. Conceituando o Compromisso de Ajustamento de Conduta — TAC, quais as consequências advindas de sua celebração no curso do processo.

#### 3ª Questão: Valor 20 pontos

O Banco X propôs ação monitória em face de Y que embargou o mandado monitório sob a alegação de pagamento.

O pedido monitório foi julgado procedente, sendo deflagrada a execução com base no título judicial daí advindo.

Pergunta-se: pode o devedor oferecer embargos à execução arguindo a novação da dívida, ocorrida antes da propositura da monitória?

#### 4ª Questão: Valor 20 pontos

O Estado do Rio de Janeiro propôs ação condenatória em face de Giulio, requerendo prova pericial que lhe foi negada. Interposto o recurso de agravo de

instrumento, o Estado sustentou a necessidade fática da prova e a violação do devido processo legal. O órgão colegiado negou provimento ao agravo, sob o fundamento de que é lícito e discricionário ao juízo determinar as provas que entender necessárias, deixando de pronunciar-se sobre a questão da violação do devido processo legal. A ausência da prova e a iminência do desaparecimento dos vestígios dos fatos impediriam o Estado de comprovar a extensão do dano gravíssimo que sofreu.

Indique, fundamentadamente, os instrumentos processuais cabíveis para que o Estado possa produzir a referida prova necessária.

**5ª Questão: Valor 20 pontos**

A propósito da declaração de inconstitucionalidade de uma lei, através do incidente regulamentado pelos artigos 480 a 482 do Código do Processo Civil, pergunta-se:

- a) do julgamento do órgão competente a respeito do incidente cabe algum recurso. Qual? Por que?
- b) o resultado desse incidente pode servir para um outro processo semelhante? Por que?

## DIREITO CONSTITUCIONAL QUESTÕES

**1ª Questão: Valor 20 pontos**

Comente objetivamente:

- 1) os critérios clássicos de solução de conflitos de leis;
- 2) a necessidade da ponderação de valores ou de interesses na solução de conflitos entre normas constitucionais.

**2ª Questão: Valor 20 pontos**

Com fundamento em norma constante de Medida Provisória, reeditada pela sexagésima vez, o Presidente da República expede regulamento dispondo sobre a execução daquele ato normativo. Por não ter ainda ocorrido a conversão em lei, discute-se no Congresso Nacional a respeito da questão, tendo sido apresentado projeto de decreto legislativo sustentando o ato do Executivo. Dê sua opinião acerca do assunto.

**3ª Questão: Valor 20 pontos**

Emenda à Constituição do Estado prevê:

- 1) dever de comparecimento do Governador à Assembléia Legislativa para depor em CPI;
- 2) possibilidade de o Governador aposentar compulsoriamente servidor com mais de 35 anos de serviço e pelo menos 65 anos de idade;

3) o crédito automático em conta própria dos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, bem como do Ministério Público, dos duodécimos correspondentes à sua dotação orçamentária.

Comente a constitucionalidade de cada uma das inovações.

**4ª Questão: Valor 20 pontos**

As agências reguladoras de serviços públicos têm competência para alterar leis anteriores à sua criação que dispõem acerca de tais serviços?

**5ª Questão: Valor 20 pontos**

Lei Orgânica de determinado Município fluminense incluiu, dentre as matérias de iniciativa privativa do Prefeito, a apresentação de projeto de lei sobre o uso e a ocupação do solo urbano.

Exercendo tal iniciativa, o Prefeito enviou à Câmara Municipal projeto de lei acerca da matéria. O projeto, todavia, foi alterado por emenda parlamentar que reduziu o gabarito máximo das construções de dez para cinco andares. Aprovado com a emenda apresentada, o projeto foi sancionado sem ressalvas, seguindo-se a promulgação e a publicação da lei.

Posteriormente, o Prefeito ajuizou representação de inconstitucionalidade, perante o Tribunal de Justiça, arguindo especificamente a inconstitucionalidade do dispositivo da lei que havia sido objeto da emenda, por alegada violação do princípio constitucional da independência dos poderes.

O Procurador-Geral do Estado foi chamado a officiar no feito, nos termos do artigo 162, § 3º, da Constituição Estadual, tendo sido suscitadas, nesta oportunidade, dúvidas quanto à constitucionalidade do próprio dispositivo da Lei Orgânica. Dê a sua opinião acerca da procedência ou não da representação, bem como se está o Procurador-Geral do Estado obrigado a defender a validade da norma.

## DIREITO CIVIL E COMERCIAL QUESTÕES

**1ª Questão: Valor 20 pontos**

O Governador do Estado do Rio de Janeiro pretende constituir, por decreto, sociedade de economia mista para explorar a venda de sorvetes nas praias cariocas. Pretende mais que o Estado seja titular de 40% do capital votante, oferecendo os restantes 60% à subscrição pública e que a sociedade não tenha empregados, mas que o seu pessoal seja constituído exclusivamente de funcionários públicos. Chamado a manifestar-se sobre a legalidade da proposição, faça-o de forma sucinta.

**2ª Questão: Valor 20 pontos**

A empresa MACERATA, concessionária de gás, diante do significativo inadimplemento de tarifas por parte de seus usuários, decide cortar o fornecimento dos

serviços aos inadimplentes, após notificação concedendo o prazo de dez dias para o pagamento. É lícito o procedimento da companhia?

**3ª Questão: Valor 20 pontos**

Tício prometeu doar ao Estado do Rio de Janeiro o seu acervo filatélico, tendo o Estado se comprometido com terceiro a participar, com referido acervo, em exposição internacional a realizar-se em 31/12/1999. Tício não cumpriu a obrigação e o Estado inadimpliu seu compromisso com o terceiro, que pretende receber perdas e danos do Estado. No caso de efetivar-se essa responsabilidade, é lícito ao Estado indenizar-se contra Tício?

**4ª Questão: Valor 20 pontos**

Cabe pedido de restituição de bem alienado fiduciariamente, mas não arrecadado em poder do falido?

**5ª Questão: Valor 20 pontos**

Existe contradição entre o § 2º do art. 6º da Lei de Introdução ao Código Civil e o art. 118 do Código Civil?

## DIREITO TRIBUTÁRIO QUESTÕES

**1ª Questão: Valor 20 pontos**

Quais são as diferenças entre os princípios da proporcionalidade, progressividade e seletividade no direito tributário?

**2ª Questão: Valor 20 pontos**

Tributo estadual foi instituído e cobrado ao longo de 3 (três) anos. Ajuizada ação direta de inconstitucionalidade, comente as conseqüências jurídicas das duas hipóteses abaixo:

- revogação da lei tributária na véspera do julgamento;
- mantida a lei em vigor, vem a ser declarada inconstitucional.

**3ª Questão: Valor 20 pontos**

Responda fundamentadamente:

- Qual o conceito de "legislação tributária".
- É possível conceder anistia mediante Portaria de Secretário de Estado?
- A Administração Tributária pode releva multa por descumprimento de obrigação acessória?

**4ª Questão: Valor 10 pontos**

Na venda de mercadoria para entrega futura, com pagamento do preço na data da assinatura do contrato, em que momento ocorre o fato gerador do ICMS?

**5ª Questão: Valor 10 pontos**

A lei do Estado "X" dispõe o seguinte:

"Art. 1º — O fato gerador do ICMS é a saída de mercadorias do estabelecimento comercial, industrial ou produtor, ainda que com destino a estabelecimento do mesmo titular.

(...)

Art. 20 — O imposto não incide:

I — sobre a saída, do estabelecimento comercial ou industrial, de material hospitalar destinado a hospitais cujos pacientes sejam, em quantidade não inferior a 20% do total dos internados em um ano, atendidos gratuitamente;

II — sobre a saída, do estabelecimento comercial, industrial ou produtor, de bens dados em comodato;

(...)"

Responda, fundamentadamente, se os incisos I e II, do artigo 20, tipificam hipóteses de isenção ou de não-incidência.

**6ª Questão: Valor 10 pontos**

Comente a constitucionalidade de lei estadual, segundo a qual a taxa judiciária será calculada mediante aplicação de certa alíquota sobre o valor da causa, sem a fixação de qualquer limite.

**7ª Questão: Valor 10 pontos**

A Distribuidora de Combustíveis S.A., estabelecida no Rio de Janeiro, RJ, vende combustível ao Posto Triângulo Ltda., situado em Uberlândia, MG. Ao encaminhar a mercadoria ao estabelecimento adquirente, deixa de fazê-la acompanhar por nota fiscal, exigida pela legislação fluminense, e, por isso, sofre auto de infração lavrado pela Secretaria de Fazenda do Rio de Janeiro, em que se aplica multa à Distribuidora de Combustíveis S.A. pelo descumprimento daquela exigência.

Sendo a venda em questão imune ao ICMS (art. 155, inciso X, letra "b", da Constituição Federal), a empresa se defende, argumentando que, por um princípio geral de direito, a obrigação acessória segue o destino da principal, sendo, portanto, indevida a emissão da nota fiscal cuja falta motiva a imposição da multa.

Exponha os argumentos da Fazenda, cotejando os conceitos compreendidos na hipótese.

## DIREITO DO TRABALHO E PROCESSO DO TRABALHO QUESTÕES

**1ª Questão: Valor 20 pontos**

Dissertação:

Alteração unilateral do contrato de trabalho pela Administração Pública.

**2ª Questão: Valor 20 pontos**

Que conseqüências jurídicas pode vir a sofrer o empregador que suprimir o trabalho suplementar ininterruptamente prestado pelo empregado durante 24 (vinte e quatro) meses?

**3ª Questão: Valor 20 pontos**

Empregado de empresa prestadora de serviço ajuíza demanda em face de autarquia estadual, formulando pedidos sucessivos, a saber: reconhecimento de existência de relação direta de emprego e pagamento de obrigações inadimplidas pela prestadora.

Aponte os principais fundamentos de defesa da autarquia.

**4ª Questão: Valor 20 pontos**

Numa reclamação trabalhista, o Estado não interpôs Recurso Ordinário, deixando de recorrer, também, o Reclamante.

Em sede de duplo grau obrigatório de jurisdição, a sentença foi reformada pelo TRT, impondo-se ao Estado uma condenação mais gravosa.

Responda, fundamentadamente, como Procurador do Estado, quais as medidas processuais cabíveis na hipótese.

**5ª Questão: Valor 20 pontos**

Em execução de sentença contra empresa pública, veio a ser penhorado bem imóvel do Estado.

Opostos embargos de terceiro foram os mesmos julgados improcedentes, decisão esta mantida em segunda instância, sob o fundamento de que havia responsabilidade solidária.

Como Procurador do Estado, analise a medida processual pertinente.